

INSERÇÃO, RECONHECIMENTO E VISIBILIDADE DE PESQUISADORAS/ES TRANS NO MEIO ACADÊMICO E CIENTÍFICO

INSERTION, ACKNOWLEDGEMENT AND VISIBILITY OF TRANSEXUAL RESEARCHERS IN THE ACADEMIC AND SCIENTIFIC ENVIRONMENT

Yasmin Teixeira Mello **1**
Joanalira Corpes Magalhães **2**

Resumo: Nossa sociedade ainda está organizada em uma norma binária. Assim, as existências trans continuam invisibilizadas em diversos espaços, como no campo da pesquisa científica. O objetivo deste texto é discutir, a partir de narrativas de pesquisadoras/es transexuais, as questões referentes à inserção, ao reconhecimento e à visibilidade de pesquisadoras/es trans no meio acadêmico e científico. Foram realizadas entrevistas on-line, com auxílio de um roteiro semiestruturado, com quatro pesquisadoras/es trans brasileiras/os e foi empregada a investigação narrativa para tecer interlocuções. As narrativas foram organizadas em três cenas: Cena narrativa 1: Trajetórias e desafios na escola, na universidade e no trabalho; Cena narrativa 2: Reconhecimento pela academia; Cena narrativa 3: Visibilidade enquanto pesquisadora/pesquisador. Tecer interlocuções com as narrativas e conhecer alguns fatos de suas histórias, tanto de vida como profissional, possibilitou-nos perceber o quanto as existências trans, nesse espaço, estão atravessadas e articuladas por práticas, diferentes experiências e atos de resistência.

Palavras-chave: Transexualidade. Pesquisadoras/es. Reconhecimento. Visibilidade.

Abstract: Our Society is still organized in a binary standard. Thus, transsexual existences are still made invisible in many spaces, like the scientific research field. The objective of this text is to discuss, based on the narratives of transsexual researchers, questions regarding the insertion, acknowledgement and visibility of transsexual researchers in the academic and scientific environment. On-line interviews were performed, with the aid of a semi-structured script, with four transsexual Brazilian researchers and an investigative narrative was applied to set interlocutions. The narratives were organized in three scenes: Narrative Scene 1: Background and challenges at school, university and work; Narrative Scene 2: Academic acknowledgement; Narrative Scene 3: Visibility as a researcher. Setting interlocutions with the narratives and knowing some facts about their stories, both life and professional, allowed us to understand how much the transsexual existences, in this space, are crossed and articulated by practices, different experiences and resistance acts.

Keywords: Transsexuality. Researchers. Acknowledgement. Visibility.

Mestranda do PPG Educação em Ciências, da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Integrante do Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola (Gese). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3207273927380513> ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7281-6864> E-mail: yasmin.mello22@gmail.com **1**

Professora do Instituto de Educação da FURG. Professora do PPG Educação em Ciências. Vice-líder do Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola (Gese). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5154939094832400> ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9785-6854> E-mail: joanaliracm@yahoo.com.br **2**

Considerações iniciais

Quando colocamos o descritor “pessoas trans na pesquisa científica”, na plataforma de busca *Google*, temos, como primeiros resultados, links de sites que anunciam, em seus títulos: “Estudo confirma a ligação entre genética e identidade de gênero”; “Pesquisa da USP sugere diferença no cérebro de pessoas trans”; “Transexualidade é biológico, e família não deve sentir culpa”; dentre outros títulos que associam a transexualidade a um fenômeno de ordem biológica, que desvia do que é considerado socialmente como normal e que deve ser investigado e normalizado. Por esse viés de olhar, de examinar e de esquadrihar os corpos¹ dos sujeitos é que machos e fêmeas foram sendo produzidos enquanto homens e mulheres. A partir disso, também, a não correspondência entre a genitália e a forma como o sujeito se reconhecia passou a ser um elemento importante para instituir o normal e o anormal.

De acordo com a autora Berenice Bento, é importante entender que:

[...] a linguagem científica é uma das mais refinadas tecnologias de produção de corpos-sexuados, à medida que realiza o ato de nomear, de batizar, de dar vida, como se estivesse realizando uma tarefa descritiva, neutra, naturalizando-se (2006, p.116).

Aqueles e aquelas que fogem a essa “norma” são, desse modo, “capturados/as” pelos saberes da ciência a fim de que possam ser examinados/as, decifrados/as e, em função disso, conhecidos/as. Esse discurso científico foi inscrevendo algumas marcas em nossos corpos e instituindo algumas formas de ser e de estar no mundo, a partir da ideia de que a ciência é neutra e de que o discurso cientificamente comprovado é aquele verdadeiro e incontestável. Nesse sentido, observamos – a partir dessa busca simplificada na plataforma *Google* mencionada no início deste texto – o quanto associar a expressão “pessoas trans” e “pesquisa científica” nos remete a resultados que evidenciam a transexualidade e as experiências trans como objetos de estudo e de investigação. Conforme Joanalira Magalhães, Paula Ribeiro e Fernando Seffner:

Estes corpos colocam a norma em evidência, fazem a norma falar, fazem a norma dizer de si e por isso produzem desconforto, pois a norma é algo para funcionar no silêncio. Isso está fortemente articulado à noção de coerência e não coerência, sempre uma ficção necessária que inventamos para viver, mas que podemos modificar (2017, p. 03-04).

Por serem consideradas, em termos sociais, como desviantes da norma binária de gênero, as pessoas trans são consideradas, em nossa sociedade, como abjetos, pois rompem e colocam sob suspeita a heteronormatividade e o sistema de intelegibilidade. Assim, ao pensarmos sobre as existências trans e seus trânsitos, detectamos o quanto ainda hoje essas são invisibilizadas, não reconhecidas e, até mesmo, excluídas de muitos espaços sociais, como o meio científico, foco deste estudo. Nosso questionamento é: por que, ao buscar, na internet, pessoas trans na pesquisa científica, esse movimento não nos indica, em um primeiro momento, a nomes de pesquisadoras e de pesquisadores trans que atuam na ciência?

Para a pesquisadora Megg Rayara Gomes de Oliveira (2018), a presença de pessoas trans não é naturalizada fora do meio da prostituição. Por isso, a universidade e, consecutivamente, o meio científico, na maioria das vezes, discrimina essas pessoas ao buscarem ocupar esses lugares enquanto produtoras/es de conhecimento e não só como objetos de estudo de pesquisas.

Desse modo, temos, como objetivo, neste texto, discutir as questões referentes à inserção, ao reconhecimento e à visibilidade de pesquisadoras/es transexuais no meio científico

¹ Neste texto, compreendemos os corpos enquanto construções. Tal entendimento nos possibilita pensar esse corpo tanto como algo que “temos” como algo que “somos” e que desejamos modificar para nos adequarmos aos modos de ser e de estar que desejamos construir.

e acadêmico, a partir de narrativas de algumas/alguns pesquisadoras/es trans. Esse artigo se configura como um recorte da dissertação de mestrado desenvolvida no PPG Educação em Ciências, da Universidade Federal do Rio Grande – Furg. O projeto da pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa na Área da Saúde da Universidade Federal do Rio Grande (CEPAS-FURG)² para que se assegurasse o respeito à identidade, à integridade e à dignidade das/os colaboradoras/es dessa pesquisa.

Articulações teóricas-metodológicas

Nesse artigo, fundamentamos nossas discussões a partir do campo teórico dos Estudos de Gênero pós-estruturalistas. Desse modo, abordamos a questão dos gêneros enquanto uma construção social e cultural. Esse constructo se dá, assim, por intermédio de várias aprendizagens e práticas, em diversas situações, sendo produzido por um conjunto de instâncias sociais e culturais, em um processo minucioso, sutil e inacabado.

O termo gênero, na concepção de Judith Butler (2003):

não deve ser construído como uma identidade estável ou um locus de ação do qual decorrem vários atos; em vez disso, o gênero é uma identidade tenuemente constituída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma repetição estilizada de atos (p. 242).

Compreender que os gêneros, bem como os corpos, estão em constante construção, possibilita-nos problematizar a distinção entre sexo/gênero e, em decorrência disso, compreender que o gênero se torna “um artifício flutuante, com a consequência de que homem e masculino podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e mulher e feminino, tanto um corpo masculino como um feminino” (BUTLER, 2003, p. 24-25). Assim, compreendemos que ser homem e ser mulher não está relacionado a ter um pênis ou uma vagina, uma vez que diferentes expressões de gênero se constituem a partir de práticas discursivas e culturais, as quais extrapolam o binarismo de gênero pelo fato de a pessoa se constituir independente do sexo genital com o qual nasceu, como é o caso das pessoas trans.

Conforme o pesquisador Guilherme Almeida (2012), não há como se definir, de forma universal, a transexualidade, visto que algumas dessas “definições” estão fundamentadas em concepções construídas pelos discursos médicos. Portanto, neste texto, não temos a pretensão de conceituar o que é a transexualidade, mas objetivamos tecer interlocuções com narrativas de estudiosas/os trans acerca de como essas pessoas têm pensado e têm percebido sua atuação no meio científico.

A pesquisadora Jaqueline Gomes de Jesus (2010) pontua que a “compreensão das diferenças entre sexo e gênero ainda são demasiadamente acadêmicas” (p. 80), o que significa que a sociedade ainda não compreende os gêneros como construções e que, desde muito cedo, aprendemos certos atributos de gênero, os quais nos posicionam em determinadas posições de sujeito, ou seja, os locais e as atividades apropriadas a cada pessoa no contexto social.

Segundo Oliveira (2018), as discriminações que as pessoas transexuais sofrem podem ser explicadas pela ausência de um contexto histórico que “contribui para restringir a existência de travestis e mulheres transexuais às sociedades contemporâneas ocidentais, bem como a determinados espaços” (p. 70), e um desses espaços, no qual essa presença não é, muitas vezes, reconhecida, é o meio acadêmico.

Ao pensarmos sobre a produção de conhecimento no ambiente acadêmico, notamos que, historicamente, esse tipo de produção tem sido atribuído, principalmente, ao homem branco, cisgênero³ e heterossexual (BANDEIRA, 2008), ocasionando uma desigualdade entre as demais expressões de gênero em relação ao reconhecimento, à visibilidade e à inserção

2 Número do certificado de apresentação de apreciação ética (CAAE): 19945219.9.0000.5324.

3 Para a pesquisadora Jaqueline Gomes de Jesus (2012), o termo cisgênero se aplica “às pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído quando ao nascimento” (p. 10).

enquanto pesquisadoras/es e produtoras/es de conhecimento.

De acordo com a pesquisadora Luma Nogueira Andrade (2012), “o deslocamento feito por travestis e mulheres transexuais em relação à prostituição encontra similitude na produção acadêmica quando estas deixam de ser os objetos de pesquisa e passam a ocupar o lugar de pesquisadoras” (p. 16), passando a reivindicar esse espaço enquanto produtoras/es de conhecimento.

Nesse contexto, para que as pessoas trans ocupem esse espaço e sejam reconhecidas enquanto pesquisadoras/es, elas/es devem superar diversas barreiras, tanto no meio acadêmico como fora dele.

De acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) (2020), no Brasil, a cada 48 horas, uma pessoa trans é assassinada, e a expectativa de vida dessas pessoas é de apenas 35 anos. Outro dado que a ANTRA (2020) apresenta é o de que cerca de 90% da população trans está na prostituição. Podemos relacionar esse fato às dificuldades que essas pessoas possuem de se inserirem no mercado de trabalho formal, tendo em vista o déficit que elas possuem quando se trata de qualificação profissional por conta das exclusões que sofrem nos ambientes familiares, sociais e escolares.

A exclusão das pessoas trans já se inicia nos níveis básicos de ensino. Estima-se que a evasão escolar dessas pessoas, normalmente, aconteça quando elas/es completam 13 anos de idade e, dessa forma, 56% das pessoas trans não chegam a completar o ensino fundamental, e 72% não completam o ensino médio (ANTRA, 2020).

Assim, se essas pessoas não conseguem terminar os níveis básicos de ensino, quando olhamos para os níveis superiores, o resultado dessa exclusão não poderia ser outro. Conforme a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior (Andifes) (2018), o número de pessoas trans matriculadas, nas instituições de ensino superior, é menor que 0,2%.

Com o propósito de que esse número de estudantes trans, na graduação, seja maior, algumas ações vem sendo feitas, como as Políticas Públicas de Cotas para o ingresso de pessoas trans. Segundo reportagem escrita por Diego Maia (2019), no site do jornal da Folha de São Paulo, das 63 universidades públicas que existem no Brasil, 12 delas possuem cotas para o ingresso desse grupo na graduação ou pós-graduação, sendo que, dessas 12, uma possui cota para o ingresso na graduação, uma possui cotas para o ingresso na graduação e na pós-graduação, e 10 possuem cotas apenas para o ingresso na pós-graduação.

Para além das políticas de cotas para o ingresso, algumas universidades também oferecem políticas para a permanência das pessoas trans nas instituições, a exemplo do uso do nome social e da garantia de poderem utilizar o banheiro de acordo com o gênero com o qual cada indivíduo se identifica. Essas são medidas extremamente importantes para que essas pessoas permaneçam, de fato, nesse espaço acadêmico.

Contudo, mesmo quando as pessoas trans rompem essas barreiras, as quais as impedem de ingressar e/ou de permanecer no meio acadêmico, elas têm que lidar com outros desafios nesse ambiente, como a sua invisibilidade e o baixo reconhecimento enquanto pesquisadoras/es. Essas pessoas também têm de lidar com a desconfiança que ronda suas produções e pesquisas, uma vez que os preconceitos e as desigualdades que circundam o gênero, na sociedade, também as acompanham no meio acadêmico (VELHO; LEÓN, 1998).

Apesar da baixa inserção, visibilidade e reconhecimento que as pessoas trans possuem, no meio acadêmico, de acordo com uma entrevista feita por Leda Antunes (2019), disponível no site Huffpost, é possível observar alguns avanços no número de pessoas trans produzindo conhecimento, tanto dentro como fora das universidades. Para pesquisadora Megg Rayara Gomes de Oliveira, a qual participou da referida entrevista, o primeiro passo, para as pessoas trans se pensarem enquanto pesquisadoras/es e, assim, passarem a apoderar-se desses lugares, “é construir uma autoestima de que é possível ocupar esse espaço. A gente não tinha, há algum tempo atrás, modelos de intelectuais trans no Brasil” (n.p).

Diante disso e, tendo como objetivo problematizar as questões relacionadas à inserção, ao reconhecimento e à visibilidade de pesquisadoras/es transexuais brasileiras/os, no meio científico, nesta pesquisa, para produção dos dados, realizamos entrevistas narrativas⁴ de for-

⁴ As entrevistas foram gravadas para que não se perdesse nenhuma informação durante o processo. Depois, foram

ma on-line, com quatro pesquisadoras/es transexuais, sendo elas/es⁵: as pesquisadoras Lauri Silva e Marina Reidel, e os pesquisadores Guilherme Almeida e Shay Rodrigues.

As entrevistas narrativas foram feitas com o auxílio de um roteiro semiestruturado composto por 14 perguntas, as quais versavam sobre diversos assuntos relacionados à trajetória de vida e profissional das/os entrevistadas/os e acerca de questões relacionadas à inserção, ao reconhecimento e à visibilidade de pessoas trans no meio acadêmico.

Desse modo, nesse artigo, selecionamos narrativas relacionadas às perguntas que abordavam as questões referentes à inserção, ao reconhecimento e à visibilidade de pesquisadoras/es trans no meio acadêmico, a saber: Você se sentiu acolhida/o, reconhecido/a e respeitada/o em todas as instituições de ensino pelas quais transitou (desde educação básica até níveis maiores de escolarização)? O que a mudança da identidade civil gerou para você em termos da trajetória acadêmica e de formação profissional? Como você tem percebido a inserção, a visibilidade e o reconhecimento dos sujeitos transexuais e travestis no campo da pesquisa? De que modo tem notado as políticas de cotas com relação ao acesso e à permanência desses sujeitos trans na academia? Já passou por alguma dificuldade profissional por causa de sua identidade de gênero? Quais violações de direito enfrentou, na vida e na academia, enquanto sujeito trans? Alguma vez, você já sofreu algum pré-julgamento no meio acadêmico? Que movimentos e ações você tem observado ou acha importantes de serem produzidos no que se refere à inserção, ao reconhecimento e à visibilidade das pessoas transexuais e travestis ao adentrarem no campo da pesquisa?

É importante salientar que nosso foco, durante as análises das narrativas das/os pesquisadoras/es transexuais entrevistadas/os, não foi o de identificar “a verdade” daquilo que foi dito, mas sim tecer algumas interlocuções a partir das vivências e das experiências pessoais e profissionais dessas/es quatro pesquisadoras/es.

Para a análise dos relatos, organizamos as discussões desse artigo em três cenas narrativas distintas: Cena narrativa 1: Trajetórias e desafios na escola, na universidade e no trabalho, em que analisamos as dificuldades que as/os colaboradoras/es narraram ter enfrentado nos diferentes níveis de ensino e no ramo profissional; Cena narrativa 2: Reconhecimento pela academia, no qual discutimos as questões referentes ao reconhecimento das pessoas transexuais no meio acadêmico; Cena narrativa 3: Visibilidade enquanto pesquisadora/pesquisador, em que problematizamos as questões referentes à visibilidade que as pessoas transexuais tem, no meio acadêmico, enquanto pesquisadoras/es.

Ao procedermos às análises das cenas narrativas, utilizamos a investigação narrativa, pois essa ferramenta metodológica coloca em foco o fato de que as narrativas potencializam a exposição dos pensamentos das pessoas sobre a sua visão de mundo (CLANDININ; CONNELLY, 2011). Além disso, a investigação narrativa nos possibilita tecer interlocuções entre diferentes histórias. Assim, as pessoas podem apresentar aspectos similares ou não com a narrativa das/os demais, valorizando e explorando as dimensões pessoais de cada uma/um e adicionando à complexidade das interpretações que elas/es fazem das suas vivências, das suas ações, dos seus problemas, seus desafios e seus dilemas (RABELO, 2011).

Por esse viés, compreendemos que nossa postura, na investigação narrativa, não é de pesquisadoras que “coletaram” informações para serem submetidas ao crivo das análises. Nós acreditamos que todas as pesquisadoras e todos os pesquisadores, proponentes e participantes, tecem, nesse estudo, interlocuções, compartilham seus modos de pensar e de viver as questões aqui discutidas.

Por entendermos que as narrativas potencializam a exposição dos pensamentos e das visões de mundo das pessoas, nesse estudo, os relatos nos possibilitam compreender os olhares e as experiências que pesquisadoras/es transexuais construíram/constroem sobre as questões referentes à inserção, ao reconhecimento e à visibilidade no meio acadêmico.

Cabe destacar que, ao longo do processo da investigação das narrativas das/os pesqui-

transcritas e enviadas as/aos pesquisadoras/es para que elas/es fizessem modificações nos textos caso achassem necessário.

5 Todas/os as/os pesquisadoras/es optaram por não utilizarem pseudônimos e sim os seus nomes verdadeiros, como forma de resistência e de visibilidade.

sadoras/es transexuais, nós entendemos que o sentido que elas/es atribuem às suas experiências “tem a ver com as palavras e o modo como nos colocamos diante de nós mesmos, diante dos outros e diante do mundo em que vivemos” (LARROSA, 2002, p. 21). Desse modo, ao compartilharem suas experiências e suas trajetórias, essas/es pesquisadoras/es nos possibilitam a problematização das marcas que as suas narrativas apresentam em relação ao modo como são reconhecidas/os, vistas/os e inseridas/os no meio acadêmico.

Problematizando as narrativas

Ao analisarmos as narrativas das/os pesquisadoras/es transexuais, notamos diversos pontos importantes, em suas falas, para a discussão das questões que possuem ligação com a inserção, o reconhecimento e a visibilidade no meio acadêmico. Assim, a seguir, são tecidas interlocuções sobre esses assuntos, a partir de três categorias distintas: desafios enfrentados na escola, na universidade e no trabalho; reconhecimento pela academia e visibilidade enquanto pesquisadora/pesquisador.

Cena narrativa 1: Trajetórias e desafios na escola, na universidade e no trabalho

Durante as entrevistas, uma das questões que emergiram foi a relacionada às vivências e experiências escolares e profissionais. Ao narrarem suas trajetórias, as/os pesquisadoras/es mencionaram alguns olhares a respeito de como se sentiam na escola, na universidade e no trabalho, conforme é perceptível nos trechos que seguem:

“Bom o meu processo de educação ele foi muito tenso na infância e na adolescência porque eu era agredida todos os dias na escola. Então, esse processo fez com que eu me bloqueasse por muito tempo e ficasse no anonimato, sem saber muito também desse processo, porque eu não sabia o que acontecia eu sabia que eu era diferente, mas não sabia o que aconteceu comigo. Então, por muito tempo eu sofri violência na escola e, mais tarde, quando eu assumi minha identidade de gênero, eu já era profissional, já era professora e, assim mesmo, eu tive dificuldades com as minhas colegas professoras, com as direções de escolas, por não aceitarem esse processo, que era um processo meu. Na universidade, eu tive algumas dificuldades também com alguns professores, porque também não compreendiam como que uma trans estava naquele lugar”. (Marina Reidel).

“Eu lembro de uma universidade em que, logo que eu fui trabalhar, uma das autoridades simpaticamente quis me chamar para um almoço. Eu achei simpático, mas eu não aceitei, porque esse almoço não era oferecido a todos/as os/as professores/as que passavam num concurso. Eu quis receber o mesmo tratamento dos professores cisgêneros, nada além. Eu acho que tem processos de discriminação que aparecem como prêmios. Eu não quero ser premiado por isso, eu quero é que a sociedade se envergonhe das práticas discriminatórias. Eu quero ser recebido como qualquer outro, mas a minha geração viveu alguns problemas por ser trans e atuar academicamente”. (Guilherme Almeida)

A partir dessas narrativas, é possível perceber os desafios que as pessoas transexuais enfrentam, desde os primeiros processos de escolarização, em decorrência da sua identidade de gênero, até durante sua atuação enquanto profissionais. Na narrativa da pesquisadora Marina Reidel, percebemos que essas discriminações enfrentadas afetam os processos de reconhecimento e de construção do gênero com o qual a pessoa se reconhece. A pesquisadora travesti Megg Rayara Gomes de Oliveira (2019), em uma entrevista aos Cadernos de Gênero e Tecnologia, relatou que, ao longo do seu processo de escolarização, passou a desenvolver estratégias de enfrentamento para pudesse continuar estudando. A partir disso, podemos pensar que uma dessas estratégias seria o “anonimato”, mencionado na narrativa de Marina.

Nos excertos narrativos, igualmente, observamos os preconceitos e as discriminações no espaço profissional. A pesquisadora Marina, em seu relato, destaca que teve dificuldades de reconhecimento das colegas professoras e da equipe diretiva da escola. Essa questão também é destacada por ela em uma entrevista concedida à Cristiane Capuchinho (2014), na qual Marina explicita: “eu senti uma dificuldade no início com os colegas professores, as meninas

me contavam a mesma situação. O preconceito surge nos pares: enquanto alunas, o preconceito aparece nos alunos; quando professora, com os professores” (n.p). Em seu artigo “Professoras travestis e transexuais: saberes docentes e pedagogia do salto alto”, publicado com pesquisador Fernando Seffner, Marina, ao investigar os elementos que perpassam a ação de professoras travestis e trans, propõe uma “pedagogia do salto alto”.

O termo é provocante, e esta é mesmo sua função. Conforme abordaremos ao longo do texto, a ação pedagógica destas professoras, independente da disciplina que lecionam, parece instaurar na sala de aula processos e saberes docentes que deslocam a tradicional figura da professora enquanto mãe, tia ou irmã mais velha, e introduzem de modo decidido outra modalidade de relação em que o corpo da professora passa a desempenhar um papel importante, marcado em especial pelos atributos de gênero e sexualidade, mas numa equação em que entram em jogo também os marcadores de geração, raça e pertencimento religioso. A ação destas professoras parece colocar em xeque uma verdade pouco enunciada, mas claramente perceptível nas escolas, de que a professora ideal é um ser sem corpo, sem sexo e capturada no gênero feminino numa dimensão quase colada à função materna (SEFFNER; REIDEL, 2015, p. 446).

Nesse sentido, podemos observar o quanto a presença de pessoas trans, de seus corpos, de seus gestos e de seus comportamentos causam olhares de estranhamento, preconceito, desconforto na escola e influenciam na forma como os modos de atuação dessas/es profissionais é colocado sob suspeita. A competência e os saberes são colocados sob desconfiança pelo fato de aquele corpo ser um artefato que rompe com o sistema de inteligibilidade⁶ naturalizado socialmente.

Já a narrativa do pesquisador Guilherme Almeida nos possibilita pensar o quanto um convite, um tratamento diferenciado, no espaço da universidade, pode ser percebido como “prêmio”, “recompensa” por este pesquisador trans estar ali. Conforme Guilherme indica, em sua fala, a sociedade precisa repensar e ter vergonha das práticas discriminatórias as quais, ao longo do tempo, foram e ainda são exercidas sobre as pessoas trans, de modo a produzir efeitos negativos em suas vidas, em suas trajetórias pessoais e profissionais.

Em função de nossas histórias serem múltiplas e diversas, o processo de narrá-las evidencia esse aspecto e nos remete a outras marcas produzidas nas diferentes experiências vivenciadas por cada sujeito. Os relatos da pesquisadora Lauri Silva e do pesquisador Shay Rodrigues colocam a universidade como um espaço de acolhimento e de respeito:

“Então, na universidade eu fui muito bem acolhida, né? Mesmo sabendo que, no meu curso de história, tem um machismo ainda, sabe, dentro do nosso departamento, muitos professores machistas, homotransfóbicos, lesbofóbicos. (...) Então, assim, eu não me senti discriminada dentro da universidade, muito pelo contrário, eu caminhei por quase todos os espaços”. (Lauri Silva)

“Então, como a gente está em um ambiente acadêmico, onde as pessoas já leem mais, já têm mais conhecimento do que as pessoas de fora, tipo, eu falo do conhecimento mais de livro, mas o conhecimento que tem aqui é o conhecimento científico, né? Então, foi muito mais fácil, porque eu falava, e as pessoas poderiam não entender muito bem, mas elas respeitavam. Então, ok. Eu não sei se tinha muito bem aceitação, mas o respeito tinha muito. Então, as pessoas tinham muito medo de me desrespeitarem”. (Shay Rodrigues)

Tanto a pesquisadora Lauri como o pesquisador Shay relatam que sempre foram respeitadas/os. Ainda que soubessem da existência dos processos discriminatórios, Lauri e Shay não se recordaram de nenhum fato envolvendo isso, nem mencionam, em suas narrativas,

⁶ Entende-se, por sistema de inteligibilidade, a coerência e continuidade entre sexo/gênero/desejo (BUTLER, 2003).

terem sofrido algum tipo de preconceito baseado em suas identidades de gênero no espaço da universidade.

A pesquisadora Megg Rayara Gomes de Oliveira (2019), ao salientar o medo que muitas pessoas trans possuem de serem desrespeitadas, discriminadas, ao transitarem em determinados espaços sociais, pontua que há o desejo de se viver em “uma sociedade onde os direitos sejam respeitados e que as pessoas trans possam vivenciar suas expressões de gênero sem a necessidade da tutela do Estado” (p. 11).

Cabe destacar que Lauri e Shay são as/os participantes mais jovens da pesquisa e que essa questão geracional tem relação com a maneira como as pautas, os debates e as políticas relacionadas às questões trans foram se potencializando e se modificando ao longo do tempo. Além disso, as pessoas trans são cada vez mais visíveis, ou seja, embora, em termos numéricos, constituam uma minoria, elas estão em diferentes espaços – mídias, universidade, escola, mercado de trabalho, entre outros – provocando o debate e afirmando a necessidade de serem reconhecidas.

Em sua narrativa, o pesquisador Guilherme salienta que, antes de ser um homem transexual, ele já atuava na pesquisa e que essa mudança, na identidade civil, acarretou algumas mudanças, também, em sua vida profissional:

“Começou a aparecer o Guilherme como pesquisador das questões trans. Eu não escolhi isso, não foi uma escolha pesquisar as questões trans, eu vinha até então, me dedicando à homossexualidade feminina (...) Mas, rapidamente, quando eu vi, eu estava sendo colocado no lugar de um “pesquisador trans” e comecei a ganhar espaços de fala que nunca tinha ganhado como pesquisadora lésbica. (...) Percebi que eu trazia um conjunto de conhecimentos e experiências do qual as pessoas estavam sedentas, estavam interessadas em entender melhor o que era aquilo, inclusive para se tornarem aliadas politicamente. E ali eu arregacei as mangas e efetivamente me tornei pesquisador das questões trans”. (Guilherme)

Com base nessa fala, percebemos que, antes de realizar a mudança em sua identidade, Guilherme pesquisava sobre outros temas, mas que, com a mudança, ele acabou se tornando um pesquisador das questões que perpassam a transexualidade. Ele ainda relata que pesquisar a respeito desses temas foi muito importante, tanto para ele como para comunidade em geral, já que ele podia incluir essas discussões nas pautas daquelas/es que tinham vontade de saber mais sobre essas questões.

Além disso, ficou perceptível, na narrativa de Guilherme, o quanto as mulheres lésbicas, e as questões que perpassam essas vivências, são invisibilidades dentro do meio acadêmico. Para Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa et. al. (2014, p. 3021), a “o preconceito e a invisibilidade lésbica estão engendrados ideologicamente na sociedade” pelo fato de a condição da mulher ser historicamente inferior à do homem acrescido a exercer sua sexualidade de forma a romper com a heterossexualidade, a qual é, normalmente, imposta e incentivada na sociedade. Assim, o pesquisador Guilherme se sente mais visibilizado enquanto pesquisador-homem-trans do que quando se nomeava/reconhecia como uma mulher lésbica pesquisadora dessa temática, mesmo tendo em vista todas as dificuldades que a população trans enfrenta.

Outro desafio que o pesquisador Guilherme relatou ter enfrentado, ao retificar sua identidade civil no espaço da academia, foi em relação à mudança da variável sexo na Plataforma Lattes, que é um sistema de bases de dados curriculares:

“(...) uma das primeiras coisas que a gente teve que lutar foi com a Plataforma Lattes. O CNPQ, num primeiro momento, me disse que a variável sexo era uma variável imutável. Eu recebi a primeira resposta do CNPQ quando eu já estava com um mandado judicial de retificação na mão, foi de que sexo era uma variável imutável. Foram seis meses recebendo e-mails evasivos até que houve uma reunião em que se tomou a decisão de “abrir” a variável”. (Guilherme)

A situação explicitada por Guilherme nos faz perceber o quanto o binarismo de gênero se encontra ainda naturalizado e fixado em diferentes espaços. Esse fato configura-se como mais um exemplo das discriminações e dos preconceitos institucionais que os sujeitos trans passam ao longo de suas trajetórias acadêmicas. Guilherme só conseguiu fazer a mudança dessa variável, equivalente ao gênero, meses depois de solicitar a modificação, mesmo ele já tendo seu nome e gênero retificados judicialmente. Logo, fica evidente o quanto os sistemas

estão organizados e pensados na lógica da norma binária, que acaba “produzindo hierarquias e subalternizando sujeitos e saberes, sustentadas por jogos de poder – incluir/excluir, educar/vigiar/disciplinar/punir” (CASTRO; REIS, 2017, p. 114).

Durante as entrevistas, quando questionadas/os acerca de como percebiam as questões referentes ao acesso e à permanência de sujeitos transexuais na academia, Lauri, Marina e Guilherme fizeram menção às políticas afirmativas voltadas a essa população.

“Eu acho que a questão da política de cotas ela tem um enorme impacto nas universidades, trouxe muitos/as alunos/as de graduação interessados/as nos temas de gênero, raça, sexualidade por exemplo, o que eu acho que mudou com radicalidade. (...) Eu não gosto de ser lembrado só pela trajetória trans, eu tive que estudar muito, trabalhar muito pra me fazer pesquisador, em uma época em que não tinha cota”. (Guilherme).

“Eu acho que a política de cotas ela é um reparo social. Eu não entrei por política de cotas, eu entrei por uma seleção normal no mestrado, mas eu acho que ela é importante em todas as áreas, não só na pós-graduação, como na graduação porque é um reparo social, porque a população trans sempre foi a mais excluída desses processos de escola e processo de educação”. (Marina).

“Hoje tem as políticas afirmativas de cotas em algumas universidades, nem todas as universidades têm. Então, são possibilidades que os programas de pós-graduação estão dando. Mas daí você pergunta: tá, mas tem muitas trans nas universidades, tem trans terminando a graduação? Às vezes, muitas vagas dessas cotas nem acabam sendo preenchidas porque não tem. Então, há esse problema da falta de trans na universidade, então o que acaba acarretando poucas profissionais trans pesquisadoras no Brasil. (...) A universidade não foi pensada, principalmente, pra nós, nosso lugar não é na universidade, nosso lugar é na rua, na prostituição. Então, quando traz essas questões pra dentro da universidade, ainda tem muitos professores brancos, heteros sabe? Machistas que não concordam e que pensam que a gente está querendo privilégios. Porque a universidade é privilégio pra branco e pra hetero, pra minorias, principalmente quando se trata de travestis e transexuais, parece que é assim, parece que nós somos os monstros, parece que a gente não merece ter dignidade, não merece estar na universidade como eles também, né?” (Lauri).

As cotas específicas para o ingresso de pessoas transexuais e travestis, na pós-graduação, começaram a surgir no ano de 2018. Até o ano de 2019, apenas 11, das 63 universidades brasileiras, possuíam essa política de ação afirmativa (MAIA, 2019). Embora esse número seja pequeno, quando olhamos para esses mesmos dados, nos cursos de graduação, deparamo-nos com um número ainda menor, uma vez que apenas duas universidades públicas brasileiras oferecem políticas públicas de cota para o ingresso de pessoas trans, dificultando o acesso delas a esses espaços acadêmicos.

Desse modo, a pesquisadora Lauri afirma serem as cotas uma política importante, mas nos provoca a pensar o quanto, mesmo com essa política, o número de pessoas trans, nas universidades, ainda seja muito baixo. Segundo a ANTRA (2020), é menor que 0,2% o número de estudantes ingressantes das universidades públicas que são trans. Para além da questão do acesso, também existe a questão da permanência das pessoas trans nesses lugares, pois essas, na maioria das vezes, ainda não são pensadas/percebidas fora do espaço da prostituição. Conforme dados da ANTRA (2020), 90% da população de mulheres transexuais e travestis está na prostituição. Ao olharmos esses dados, bem como ao analisarmos as narrativas que integram essa pesquisa, confirmamos o quanto esses aspectos contribuem para a pouca presença de estudantes e de profissionais trans nas universidades.

Outra questão que a pesquisadora Lauri problematiza é o imaginário social de que, ao reivindicarem essas políticas de cotas referentes ao gênero, as pessoas transexuais estejam tendo privilégios. É necessário potencializarmos e avançarmos nesse debate no que tange às políticas de cotas, visto que elas funcionam como uma reparação histórica em decorrência das práticas discriminatórias, violentas e excludentes que essas pessoas vivenciaram e ainda vivenciam socialmente.

Em nosso estudo, outras narrativas trataram das dificuldades profissionais enfrentadas devido à identidade de gênero das/os pesquisadoras/es.

“Uma das dificuldades que eu encontrei, essa exotização da identidade trans que vinha primeiro do que meu conhecimento, da minha competência”. (Guilherme).

“Sim, o tempo inteiro, né? Você é colocado em prova, o seu conhecimento, a sua competência diante dos outros colegas. Não tive dificuldades com alunos, mas eu tive dificuldade com os meus colegas professores por conta disso, né? (...) Na academia você sofre com a violência institucional porque você, ao mesmo tempo que as pessoas tem que reconhecer que você é um sujeito normal, que você está dentro daquele lugar por uma questão de direito, as pessoas ainda insistem em você se transformar no bichinho exótico da universidade; você é colocada em teste o tempo inteiro até em questões fundamentais, como nome social, o direito, né, de frequentar o banheiro masculino ou feminino conforme a sua identidade. Então, você vai ser sempre alvo desse lugar que é a transfobia institucional”. (Marina).

Observamos que tanto o pesquisador Guilherme como a pesquisadora Marina discorrem sobre a discriminação que sofreram, ao longo de suas trajetórias, em forma de exotificação de seus corpos e suas vivências, sendo esse mais um dos desafios a serem enfrentados pelas pessoas transexuais.

Além disso, na fala da pesquisadora Marina, podemos notar as consequências de a produção do conhecimento ter sido atribuída somente aos homens por muitos anos. Isso é perceptível quando ela relata que uma das dificuldades que enfrenta, até hoje, é o fato de seu conhecimento e de sua competência serem colocados em questionamento a todo momento. Marina afirma que isso ocorre e é justificado, unicamente, pela sua identidade de gênero, a qual foge à norma binária que é, em geral, imposta.

A pesquisadora Lauri e o pesquisador Shay, quando foram questionados sobre as dificuldades profissionais enfrentadas, reportaram que:

“A minha vida, enquanto pesquisadora e enquanto mulher trans, assim, não tem muito o que falar a respeito dessas questões discriminatórias, não. Muito pelo contrário, uma receptividade, uma aproximação com todos e todas, né, em diversos campos da ciência, com outros intelectuais, outros pesquisadores em eventos, né?”. (Lauri).

“Não, não. E aquela coisa que eu te falei né? A gente tá na academia. Então, mesmo que a pessoa seja transfóbica e não concorde com o meu gênero e a minha identidade, ela não vai falar isso, ela vai esconder, ela vai só me respeitar e não vai querer conviver comigo nos espaços”. (Shay).

A pesquisadora Lauri e o pesquisador Shay relataram não terem sofrido nenhum tipo de discriminação e/ou preconceito por serem pessoas que não seguem a norma binária de gênero imposta, na sociedade, no meio profissional. A referida pesquisadora ainda salienta que foi sempre muito bem recebida e tratada enquanto pesquisadora no meio profissional; já o pesquisador Shay ressalta que, embora já tenha convivido com pessoas transfóbicas, ele sempre se sentiu respeitado, no espaço acadêmico, enquanto pesquisador.

Cena narrativa 2: Reconhecimento pela academia

A segunda cena a ser discutida, neste trabalho, trata do reconhecimento dos sujeitos transexuais no meio acadêmico. Durante as entrevistas, quando questionamos sobre como elas/es têm percebido o reconhecimento que as pessoas transexuais estão tendo, no meio acadêmico, enquanto pesquisadoras, eles narraram que:

“Normalmente, são convites focados no tema trans. Embora, nos últimos anos, também tem rolado convites que não são específicos sobre isso. Às vezes, tem convites, por exemplo, para a área da saúde, para uma mesa para discutir pessoas trans e saúde. Então, aí eu sou chamado”. (Guilherme).

“Logo que eu me formei, eu já fui convidado pra quatro bancas, e eu peguei todas, Eu tive que ler, né, muita coisa, mas eu aceitei porque eu achei que seria importante ter pessoas trans nas bancas, ainda mais pelo meu tema ser um tema ainda um pouco usual, não tão corriqueiro, e eu ter uma facilidade pra falar sobre aqueles temas. (...) Através dessa minha pesquisa, eu fui chamado pra fazer palestras, pra participar de mesas e falar sobre não só sobre o meu trabalho, mas também sobre a minha vivência né. (...) No Brasil, a gente tem muitas pesquisadoras trans que são doutoras, né? Tem a Lanz, tem a Megg, tem a Amara Moira, tem a

Jaqueline Gomes de Jesus, temos muitas e também tem outras que as pessoas não têm conhecimento. Aqui, no Brasil, muitas pessoas trans não têm reconhecimento, pelo menos eu que tô na academia, e muitas pessoas trans que tão na academia sabem que tem pessoas trans super renomadas, só que elas são renomadas fora do país”. (Shay).

Os pesquisadores Guilherme e Shay se referiram ao fato de se sentirem reconhecidos como pesquisadores ao receberem convites para falar, seja de seus trabalhos, seja de suas vivências trans, em eventos, bancas, palestras e mesas.

Apesar desse reconhecimento de pesquisadoras/es trans, que foi citado nos relatos anteriores, de acordo com Estevão Rafael Fernandes e Ana Luiza Pante (2019, p. 618), “a pessoa transgênero passa, ao longo de sua vida, por diversas situações de risco, quase sempre motivadas por preconceitos, violências diversas, falta de reconhecimento ou falta de compreensão acerca de sua identidade de gênero”. Na concepção da pesquisadora Jaqueline Gomes de Jesus (2019, p.251), essas violências fazem com que as vidas trans sejam “longamente apagadas, violentadas, assassinadas” (p. 251).

Quando questionados a respeito de suas expectativas de futuro em relação ao reconhecimento de pesquisadoras/es transexuais, as/os participantes da pesquisa responderam que:

“Eu quero acreditar que o efeito dessa crise vai ser uma mudança para melhorar mundialmente e no cenário nacional e que isso vai ocorrer na gestão pública, porque, pra falar da produção de pessoas trans, para falar sobre o lugar dos pesquisadores e das pesquisadoras trans, a gente precisa falar de um Estado democrático em primeiro lugar”. (Guilherme).

“Eu acho importante que, mesmo que eu seja sozinho no programa de pós-graduação, eu acho importante de eu continuar fazendo essas pesquisas, eu acho importante. (...) Mas eu sei que, assim como eu, muitas pessoas trans que tão pesquisando elas vão continuar pesquisando. Eu acho que é isso, as pessoas que estão entrando na academia, elas não podem sair, elas vão ter que ficar”. (Shay).

“Cada vez mais, a gente vê que as pessoas trans estão adentrando e estão permanecendo, diferente de como eu falava do passado. Então, é isso que eu acho que é importante e significativo e não esquecer da memória das pessoas que vieram antes de nós, mas também é pensar que essas pessoas hoje são pessoas capazes de produzir conhecimento e são pessoas que poderão ter, realmente, um futuro brilhante e melhor que o nosso”. (Marina).

“Uma perspectiva de mais engajamento político e acadêmico. Acho que, com o aumento de trans nas universidades, eu acho que tem esse engajamento acadêmico, tem esse engajamento político do qual elas tão fazendo parte”. (Lauri).

Tanto o pesquisador Guilherme como a pesquisadora Lauri, em suas narrativas, destacam a importância de mudanças no cenário político para que ações políticas e direitos se tornem promotoras de garantias e de dignidade à população trans em nosso país e, com isso, sejam promovidas melhorias na situação das/os pesquisadoras/es transexuais no Brasil.

As referidas políticas, para melhoria da situação de pessoas trans no Brasil, devem começar desde o direito mais primordial, como a garantia do direito à vida dessa população, já que, segundo a ANTRA (2020), a estimativa de vida de uma pessoa trans brasileira é de 35 anos, bem inferior à estimativa da população em geral, que é de 74,6 anos.

Em uma reportagem de Caio Delcolli (2018), ao entrevistar a trans Peron, foi explicitada a importância das políticas de ações afirmativas para a população trans. Nessa reportagem, Peron defende que essas políticas devem estar em todos os espaços, desde instituições de ensino a empresas. Ainda, ela defende “precisamos disso porque somos o país que mais mata a comunidade LGBT no mundo, sobretudo travestis e transexuais. Se a gente tivesse um Estado mais presente, não precisaria estar na prostituição e nem de cotas para compensar esse déficit” (n.p).

Segundo o Boletim 2/2020⁷, publicado pela ANTRA, no primeiro quadrimestre deste ano, houve um aumento de 48% o número de assassinatos de pessoas trans se comparado ao mesmo período dos anos anteriores.

Na mesma reportagem de Delcolli (2018), a diretora da ANTRA, Keila Simpson, destacou que se deve:

7 Para saber mais a respeito, acesse o link <https://antrabrasil.org/category/violencia/>.

pensar para além de apoiar cotas, nossas ações devem ser para que pessoas trans entrem na escola, permaneçam e façam sua formação básica. Cotas são parte do processo e apenas quase no final da formação educacional. É importante apoiar o desenvolvimento de políticas inclusivas para que essa população ter acesso aos ensinamentos básico e fundamental (n.p).

Ao nos preocuparmos com a criação e a execução de políticas de ingresso e de permanência de pessoas trans, nos mais diversos níveis de ensino, passamos a garantir que mais pessoas trans tenham a oportunidade formarem-se e de atuarem como pesquisadoras/es no meio científico/acadêmico.

O excerto da narrativa do pesquisador Shay, mencionada anteriormente, ressalta a importância que ele percebe de continuar suas pesquisas, assim como as/os demais pesquisadoras/es transexuais. Também destaca que as/os pesquisadoras/es que estão entrando no meio acadêmico não podem desistir, devem continuar na profissão, por mais difícil que seja essa trajetória. Contudo, entendemos que, para que isso aconteça, é preciso que as políticas de ações afirmativas estejam tendo sua plena aplicação e execução, uma vez que só dessa forma se garantirá o acesso e a permanência desses sujeitos nas universidades.

Já a pesquisadora Marina, deixou claro que, cada vez mais, vê pessoas trans entrando no meio acadêmico e permanecendo nele. Ela, ainda, mencionou que, nesse processo de buscar por mais reconhecimento, no futuro, é importante que as/os pesquisadoras/es transexuais que estão entrando nesse meio não esqueçam as pessoas trans que vieram antes deles nem o papel importante que elas tiveram nesse processo.

Ainda que haja, cada vez mais, pessoas trans adentrando o meio acadêmico, temos enfrentado retrocessos associados aos movimentos antigênero. Conforme Rogério Diniz Junqueira (2018), essa ofensiva antigênero tem, como objetivo, “catalisar estratégias de poder que investem na mobilização da ordem moral e no revigoramento de visões de mundo tradicionalistas” (p. 452).

O pesquisador Shay, igualmente, refere-se a um outro aspecto com relação à questão do reconhecimento das pessoas trans ao relatar que:

“É que, dentre as pessoas trans que estão na academia, na sua maioria, são mulheres trans que estão fazendo, e que pra mim também é uma coisa. (...) Aqui no Brasil, na sua maioria, são mulheres trans que estão na academia. Então, os homens trans basicamente não estão tão participativos assim na academia. E também que a questão homem trans é uma categoria nova, né? As pessoas têm mais conhecimento de mulheres trans, de mulheres travestis, do que dos homens trans. Então, é uma categoria que ainda tá sendo vista, que as pessoas ainda não têm conhecimento né, do que das mulheres trans, que já têm mais visibilidade.” (Shay).

Para o pesquisador Shay, a pouca representatividade de homens transexuais, na pesquisa brasileira, pode ser explicada pelo fato de a categoria “homem transexual” ser mais recente em termos de visibilidade e de discussões se comparado às mulheres transexuais. No caso delas, a presença e seu reconhecimento, nesses espaços, são bem maiores.

Cena narrativa 3: Visibilidade enquanto pesquisadora/pesquisador

A terceira e última cena a ser discutida trata das questões que permeiam a visibilidade de pesquisadoras/es transexuais.

“Bom eu acho que, talvez, agora, pode ser que esteja tendo uma maior visibilidade, ainda mais agora com o aumento das redes sociais e de pessoas trans interagindo nas redes sociais. (...) comparado à visibilidade que as pessoas cis têm, os autores cis né, as pessoas trans têm pouca”. (Shay).

“Eu acho que hoje, mais do que nunca, a gente tem visto isso, né, essa visibilidade e a importância desses sujeitos enquanto pesquisadores e pesquisadoras trans. (...) Mas a gente tem que dar mais visibilidade, tem que reconhecer esses sujeitos né, não só pelo processo trans, mas também por sermos sujeitos de local de fala, de empoderamento”. (Marina).

“Eu tenho uma amiga que é trans, ela defendeu a dissertação dela ano passado, que também tá nas atividades aí, dando aula, dando palestra em eventos acadêmicos, da disciplina em pós-graduação. Então, acho que tá tendo uma visibilidade, uma representatividade muito grande com relação às pesquisadoras trans. (...) Mas dá pra ver como é precário ainda, como falta, são poucas trans pra muito trabalho, às vezes, sabe?! Então, às vezes é uma carga muito grande”. (Lauri).

Assim, o pesquisador Shay e as pesquisadoras Marina e Lauri explicitaram que, no contexto atual, elas/ele têm percebido uma maior visibilidade de pesquisadoras/es transexuais nos espaços acadêmicos, principalmente em função das redes sociais e das plataformas digitais. Todavia, conforme destaca Shay, se comparado a uma/um pesquisadora/pesquisador cisgênero, a visibilidade trans, na produção científica, ainda é muito baixa. A respeito desse aspecto, a pesquisadora Megg Rayara Gomes de Oliveira (2017) pontua que a discussão e a produção feitas sobre as questões que perpassam a transexualidade continuam sendo majoritariamente realizadas por mulheres cisgêneras e, quando realizadas pelas próprias mulheres trans, esses trabalhos não possuem tanta visibilidade.

As pesquisadoras Marina e Lauri ressaltam, em suas falas, que é preciso dar mais visibilidade às pessoas trans, no meio acadêmico, enquanto pesquisadoras/es e sujeitos que produzem conhecimento científico.

Além disso, Lauri faz menção à importância de se visibilizar as falas de pessoas transexuais que ainda não acessaram a academia enquanto pesquisadoras:

“(...) pra discutir as próprias vivências, eu acho que elas se sentiriam mais acolhidas. Se sentiriam mais visibilizadas, porque é o lugar delas de fala, porque elas já passaram por violências, elas que sofrem diariamente essas questões da transfobia. Então, é elas que vão relatar. Eu acho que, a partir do momento que elas começam a relatar essas histórias, essa vivências, essas lutas diárias, elas começam a perceber que elas estão falando de algo que elas conhecem muito bem e que podem, sim, fazer produções intelectuais delas mesmas e que pode ajudar nessa questão da erradicação da discriminação”. (Lauri).

A narrativa de Lauri nos permite refletir sobre o fato de que as existências trans são múltiplas, plurais e se constituem na interseccionalidade de gênero, raça-etnia, classe, geração, sexualidade, dentre outros marcadores sociais. A pesquisadora Megg Rayana Gomes de Oliveira (2017) observa que são “raros os trabalhos que problematizam a existência de mulheres bissexuais, lésbicas, e mais raros ainda trabalhos que discutem as experiências de travestis e mulheres transexuais negras e/ou brancas” (p. 169). Desse modo, a inserção/permanência/atuação de pessoas trans, no meio acadêmico, é uma forma potente de visibilizar as experiências dessas pessoas, de promover debates, rupturas e possibilidades outras dentro desse espaço. Sentir-se pertencente a esse lugar; reconhecer-se e ser reconhecida/o, respeitada/o e atuante são efeitos que a maior representatividade dessa população, nas universidades, produz.

Outro ponto importante, o qual foi abordado ao longo das entrevistas, foi a questão da visibilidade das discussões trans dentro da academia:

“(...) principalmente feministas que têm dado visibilidade e trazido essas discussões pra dentro da universidade, mas que precisa ainda de mais campo aberto dentro da universidade pra essas discussões né?!”. (Lauri).

“(...) as pessoas estão localizando essas discussões em eventos maiores, que funcionam como um guarda-chuva para eles poderem acontecer, para essas discussões poderem acontecer, para a sobrevivência desses debates na conjuntura que a gente está. (...) Nas questões de pesquisa especificamente, você, muitas vezes, sofre preconceito por trabalhar com essas questões, sendo uma pessoa trans ou não até hoje”. (Guilherme).

Para Keo Silva e Alexandre Fernandez Vaz (2019), “a existência de ações afirmativas destinadas à população trans na pós-graduação contém o caráter político da visibilização e a possibilidade de construir novas perspectivas para essas subjetividades” (p. 219). Nesse sentido, as narrativas da pesquisadora Lauri e do pesquisador Guilherme reforçam que é preciso que a universidade como um todo se abra mais para esses debates, já que os preconceitos sobre as questões trans ainda se fazem muito fortes nesse e em outros espaços sociais.

Em uma de suas falas, o pesquisador Shay menciona que uma das soluções que achou, para que essas questões relacionadas à transexualidade tenham mais visibilidade, é, justamente, atuar na produção de conhecimentos sobre o tema:

“ (...) a partir do momento que eu comecei a me entender, a me perceber como homem e entendo e vendo que, para as pessoas ao meu redor, era uma coisa nova, era uma coisa que as pessoas não sabiam, não tinham conhecimento, então eu me vi como uma pessoa que teria que explicar a todo o momento, a toda hora o que eu sou, entende? Então, eu comecei a entender que eu teria que produzir coisas sobre essas questões”. (Shay).

A pesquisadora Maria Zanela, cofundadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas de Travestilidades, Transgeneridades e Transexualidades (NeTrans), em uma reportagem, afirmou que um dos objetivos do projeto é que as “pessoas que se reconhecem como travestis, transexuais e transgêneros não mais sejam apenas ‘objetos de estudo’, mas sujeitas/os políticas/os de suas próprias histórias e trajetórias, oportunizando a estas pessoas visibilidade, vez e voz” (MACHADO, 2020). Isso é mencionado pelo pesquisador Shay, o qual destacou, em seu relato anterior, que, para ele, falar de si, enquanto homem transexual, mostrou-se uma forma potente de visibilizar sua existência, bem como importante para dar visibilidade aos trabalhos e às pesquisas que desenvolve e desenvolveu enquanto pesquisador dessa temática.

Conclusões provisórias

Pensar a partir das narrativas aqui apresentadas, tecer interlocuções com e a partir delas, foram alguns movimentos empreendidos nesse texto a fim de discutir alguns processos relacionados à inserção, ao reconhecimento e à visibilidade, no meio científico/acadêmico, que perpassam as trajetórias das pesquisadoras e dos pesquisadores trans que colaboraram com essa pesquisa. Tecer interlocuções com as narrativas e conhecer alguns fatos de suas histórias de vida e profissionais nos possibilitou perceber o quanto as existências trans, nesse espaço, estão atravessadas e articuladas por práticas, por diferentes experiências e por atos de resistência. Assim, compartilharmos, nessa escrita, as experiências de pesquisadoras e pesquisadores trans, as quais nos fizeram pensar na necessidade de rupturas e de abertura de brechas no sistema heteronormativo em que somos educados/as.

Compartilhar foi a palavra por nós escolhida, pois é dessa forma que nos posicionamos nesse estudo. As histórias que Marina Reidel, Guilherme Almeida, Lauri Silva e Shay Rodrigues compartilharam conosco, no processo de narrar suas trajetórias de vida e profissionais, provocaram-nos, deslocaram-nos, desestabilizaram-nos, tocaram-nos e nos afetaram. Logo, o que foi abordado nesse texto não deve ser tomado como “a verdade” sobre as narrativas. Desejamos que, a partir de nosso pensamento, tenha se mobilizado a possibilidade de reverberação dessas experiências a outras pessoas, a outros espaços. Por fim, expressamos nosso agradecimento a essas e esses pesquisadoras/es, pela possibilidade de interlocução, uma vez que suas histórias importam, são histórias que produzem mudanças, rompem com padrões e abrem brechas para o diálogo.

As histórias aqui narradas visibilizam as existências trans nos espaços acadêmico e científico. Dessa forma, a representatividade, nesses espaços, torna-se potente e necessária para quebrar os silêncios, desestabilizar e desconstruir verdades, de modo a abrir outras possibilidades.

Referências

ALMEIDA, Guilherme. “Homens trans”: novos matizes na aquarela das masculinidades? **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 513-523, mai.-ago. 2012.

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa**. 2012. 279 f. Tese (Doutorado em Educação)—Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

ANTUNES, Leda. No Dia da Visibilidade Trans, conheça 4 intelectuais referência no mundo aca-

dêmico. **Huffpost**, 2019. Disponibilidade em: <https://www.huffpostbrasil.com/entry/intelectual-mulheres-transexuais_br_5c4fa99be4b0d9f9be68554a>. Acesso em: 20 jun. 2020.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS – ANTRA. **Associação Nacional de Travestis e Transexuais**. Disponibilidade em: <https://antrabrasil.org/>. Acesso em: 05 ago. 2020.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR – ANDIFES. **V Pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação**. 2018. Disponibilidade em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-do-Perfil-Socioecon%C3%B4mico-dos-Estudantes-de-Gradua%C3%A7%C3%A3o-das-Universidades-Federais-1.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2020.

BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 207-228, jan.-abr. 2008.

BARBOSA, Bruno Rafael Silva Nogueira; NASCIMENTO, Emylli Tavares; CARVALHO, Iasmim Alves Ferreira de; CAVALCANTE, Júlia Carla Duarte. Invisibilidade lésbica e a interseccionalidade de opressões. In: REDE FEMINISTA NORTE E NORDESTE DE ESTUDOS E PESQUISA SOBRE A MULHER E RELAÇÕES GÊNERO. 18., Recife. **Anais...** Recife: Universidade Federal do Pernambuco, 2014. p. 3008-3024.

BENTO, Berenice. **A Reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 3 ed. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2003.

CAPUCHINHO, Cristiane. Preconceito está nos professores e não nos alunos, diz docente transexual. **UOL**, São Paulo, 20 de fev. 2014. Disponibilidade em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2014/02/20/preconceito-esta-nos-professores-e-nao-nos-alunos-diz-docente-transexual.htm>. Acesso em: 10 jun. 2020.

CASTRO, Roney Polato de; REIS, Neilton dos. Romper binários de gênero e sexualidade: ensaiar uma educação não-binária. **Revista Margens Interdisciplinar**: Universidade Federal do Pará, Abaetetuba, v. 11, n. 17, p. 108-124, Dez. 2017.

CLANDININ, Jean; CONNELLY, Michael. **Pesquisa Narrativa: experiência e história de pesquisa qualitativa**. Tradução: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEL/UFU. Uberlândia: Ed. UFU, 2011.

DELCOLLINE, Caio. Por que chegou a hora de falar sobre cotas para pessoas transgênero no Brasil. **HuffPost Brasil**, São Paulo, 2 de abr. 2018. Disponibilidade em: https://www.huffpostbrasil.com/2018/04/02/por-que-chegou-a-hora-de-falar-sobre-cotas-para-pessoas-transgengero-no-brasil_a_23401098/. Acesso em: 11 jun. 2020.

FERNANDES, Estevão Rafael; PANTE, Ana Luiza. Novas demandas, novos espaços: pessoas trans e ativismo online como estratégia de visibilidade. **Direito da Cidade**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 617-635, 2019.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Pessoas transexuais como reconstrutoras de suas identidades: reflexões sobre o desafio do direito ao gênero. In ANAIS DO SIMPÓSIO GÊNERO E PSICOLOGIA SOCIAL: DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES. **Anais...** Brasília: Autor. 2010. p. 80-90.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero**:

conceitos e termos. Brasília: Publicação online, abr. 2012. Disponibilidade em: http://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTAÇÕES_POPULAÇÃO_TRANS.pdf?1334065989. Acesso em 01 de set. 2020.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Xica Manicongo: a transgeneridade toma a palavra. **Revista Do-cência e Cibercultura**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 250-260, Jan.-Abr. 2019.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 449-502, Set.-Dez. 2018.

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista brasileira de educação**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, Jan.-Abr. 2002.

MACHADO, Caetano. Visibilidade Trans: campanha da UFSC Diversifica e pede respeito no uso do nome social. **Notícias UFSC**, Santa Catarina, 27 de jan. 2020. Disponibilidade em: <https://noticias.ufsc.br/2020/01/visibilidade-trans-campanha-ufsc-diversifica-pede-respeito-no-uso-do-nome-social/>. Acesso em: 11 jun. 2020.

MAGALHÃES, Joanalira Corpes; RIBEIRO, Paula Regina Costa; SEFFNER, Fernando. Corpos que se (trans)formam: Discutindo narrativas de transexuais. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE ESTUDOS CULTURAIS E EDUCAÇÃO / SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS CULTURAIS E EDUCAÇÃO. 7. 5., 2017, Canoas. **Anais...** Canoas: Sadita Ltda, 2017. p. 1-12.

MAIA, Diego. Ao menos 12 universidade federais do país têm cotas para alunos trans. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 de mai. de 2019. Disponibilidade em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/05/ao-menos-12-universidades-federais-do-pais-tem-cotas-para-alunos-trans.shtml>. Acesso em: 02 set. 2020.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O diabo em forma de gente:(r)** existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação. 2017. 192 f. Tese (Doutorado em Educação)-Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. Transexistências negras: o lugar de travestis e mulheres transexuais negras no Brasil e em África até o século XIX. In: ———. **Corpo, gênero e sexualidade: resistência e ocupa (ações) nos espaços de educação**. Organização Paula Regina Costa Ribeiro, Joanalira Corpes Magalhães, Fernando Seffener e Teresa Vilaça. Rio Grande: Editora da FURG, 2018. p. 68-88.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. Entre Vista e Olhares. [entrevista condida aos Cadernos de Gênero e Tecnologia] Michel Alves Ferreira e Lindamir Salette Casagrande. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, Curitiba, v.12, n. 40, p. 05-12, Jul./Dez. 2019.

RABELO, Amanda Oliveira. A importância da investigação narrativa na educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 114, p. 171-188, Jan.-Mar. 2011.

SEFFNER, Fernando; REIDEL, Marina. Professoras travestis e transexuais: saberes docentes e pedagogia do salto alto. **Currículo sem Fronteiras**, Paraíba, v. 15, n. 2, p. 445-464, Mai.-Ago. 2015.

SILVA, Keo; VAZ, Alexandre Fernandez. Pessoas trans no ensino superior: lutas por acesso e permanência, a exemplo da Universidade Federal de Santa Catarina (2012-2015). **Revista Crítica Cultural**, Santa Catarina, v. 14, n. 2, p. 209-221, Jul.-Dez. 2019.

VELHO, Léa e LEÓN, Elena. A construção social da produção científica por mulheres. **Cadernos Pagu**: Campinas, n.10, p. 309-344, 1998.

Recebido em 7 de setembro de 2020.
Aprovado em 17 de novembro de 2020.